

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções e informações consolidadas das empresas controladas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal.
As demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A Empresa

Somos uma empresa especializada no fornecimento de sistemas integrados, equipamentos e serviços para as áreas de infraestrutura, voltada aos setores de energia elétrica, óleo & gás, mineração & siderurgia e transporte metroviário. Contamos com um dos maiores e mais bem equipados parques fabris da América Latina, localizado em Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, onde são fabricados nossos equipamentos pela controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.

O setor de energia elétrica continua demandando investimentos em infraestrutura, pois as taxas de consumo de energia elétrica apresentam índice de crescimento superior ao PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, o que faz a controlada IESA, em conjunto com a joint-venture AHI – Andritz Hydro Inepar, vislumbrar a continuidade de grandes oportunidades de novos negócios, principalmente na área de hidrogeração. No setor de Óleo & Gás, o cenário mercadológico mostra-se também muito promissor, devido ao plano de investimento já anunciado pela Petrobras, confirmado pelo sucesso de seu plano de capitalização na descoberta de novos campos de petróleo na área do pré-sal, bem como no aumento do preço internacional do barril de petróleo, que viabilizarão investimentos em plataformas de exploração e de produção de petróleo, novas refinarias e novas plantas de processamento de gás e também, a fabricação de equipamentos, sendo de até 70% de conteúdo produzido no Brasil, conforme orientação da ANP (Agência Nacional de Petróleo).

Destacamos a consolidação no mercado da TIISA (Triunfo Iesa Infraestrutura S.A.), joint-venture criada pelas empresas IESA e Triunfo que uniram seus conhecimentos tecnológicos e de gestão para atender as áreas de infraestrutura nos segmentos ferroviário, metroviário, saneamento básico entre outros.

Vale ressaltar também que a INEPAR e suas empresas coligadas e controladas apresentam um grande potencial para participação nos novos negócios de infraestrutura, transporte e saneamento voltados para os eventos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas de 2016.

DESEMPENHO COMERCIAL

Apresentamos a seguir a evolução da carteira de encomendas e pedidos desde o ano de 2006, onde podemos verificar a evolução dos saldos a cada ano, reflexo do Plano de Reestruturação da Inepar e de suas empresas controladas e coligadas, iniciado a partir de 2003.



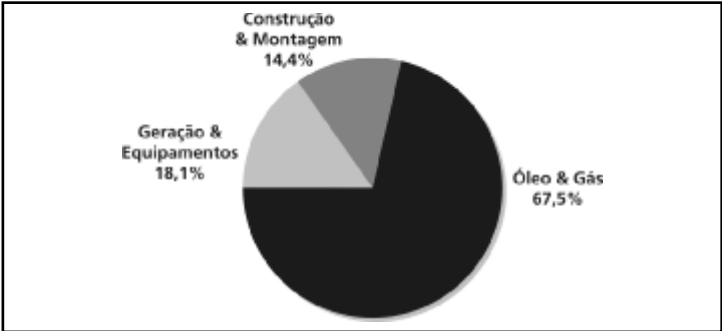
Em R\$ milhões

Apesar do ligeiro decréscimo da carteira de pedidos consolidada em dezembro de 2010, já em fevereiro de 2011 verificamos a recuperação para o valor de 4,3 bilhões de reais. Isto porque, no exercício de 2010, tivemos um faturamento recorde de aproximadamente R\$ 1,6 bilhões de reais, bem como grandes e complexos projetos de infraestrutura têm ciclos longos e próprios de estudos, licitação e contratação, gerando consequentemente, este tipo de oscilação.

Sendo assim, e apenas para informação, no gráfico acima estamos incluindo o saldo da nossa carteira de encomendas computando os valores dos fornecimentos de equipamentos e serviços para a UHE de Belo Monte, cujos contratos foram assinados no início do exercício de 2011.

Estamos conseguindo crescer o nível da nossa carteira em virtude da reorganização que a Companhia vem realizando desde o ano de 2003, com profundas e significativas mudanças no modelo de gestão, linhas de negócios e atualização tecnológica do nosso parque fabril, bem como joint-ventures, participações consorciais, acordos mercadológicos e tecnológicos. O desempenho comercial apresentado nos últimos anos consolidou a Companhia e demonstra que ela está preparada para enfrentar um mercado que se tornou altamente competitivo e globalizado.

A carteira de encomendas ao final de 2010 estava assim distribuída, por segmento de atuação:



- **Segmento de Geração & Equipamentos:** As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m2 de terreno e área coberta superior a 140.000 m2, são as seguintes:

• **Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração:** A IESA/INEPAR tem uma longa tradição de fornecimento para ambos os mercados, onde mais de 2.500 pontes rolantes já foram fornecidas, além de inúmeros equipamentos para movimentação de minério. Recentemente, foi fornecida a maior retomadora de minério tipo portal do mundo.

• **Divisão de Equipamentos de Processo:** Abrangendo o mercado de refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia, a IESA/INEPAR possui tecnologia para fabricar e montar unidades de processo, sendo considerada uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras, cujo mercado deve movimentar grandes investimentos principalmente em função do pré-sal.

• **Divisão de Geração de Energia:** A IESA/INEPAR é fabricante exclusiva da Andritz Hydro Inepar para geradores e turbinas. Este mercado apresenta previsão de grandes investimentos conforme PAC 2 até 2014, sendo que já estamos participando ativamente nos projetos do Rio Madeira (UHE Jirau e UHE Santo Antonio) e assinamos, já no início de 2011, contrato para o fornecimento de equipamentos para a UHE Belo Monte, empreendimento este que se trata da terceira maior usina hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Itaipu e da chinesa Três Gargantas.

• **Divisão de Equipamentos Hidromecânicos:** Com expressiva atuação no mercado nacional, a divisão de equipamentos hidromecânicos produz comportas, condutos forçados, grades, barramento blindado e servomotores, tendo participado de grandes empreendimentos de geração de energia como Campos Novos, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, entre outros.

• **Joint-Venture Andritz Hydro Inepar:** A partir do ano de 2008, foi iniciada uma nova fase em nossa joint-venture na área de hidrogeração, agora denominada AHI – Andritz Hydro Inepar, aumentando a participação da Inepar para 50% do capital. O setor de geração de energia elétrica continua aquecido principalmente pelos projetos em andamento de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira. Outro fato relevante deste setor é a UHE de Belo Monte, a terceira maior UHE do mundo com geração de 11.181 MW, e a maior do mundo em implantação, o que nos permitirá um crescimento significativo até 2013. Destacamos neste exercício a conclusão pela Andritz Hydro Inepar da construção do 1º laboratório de Ensaios de Modelos Reduzidos para Turbinas Hidráulicas construído no Brasil. O laboratório foi estrategicamente construído dentro do parque industrial da IESA/INEPAR. O empreendimento é, sem dúvida, um marco importante da engenharia nacional, pois apresenta a capacidade para testar os principais tipos de turbinas hidráulicas, cobrindo desde baixa até altas quedas. O projeto do laboratório e os equipamentos mecânicos foram desenvolvidos e fabricados no Brasil, mas englobam os conceitos dos principais laboratórios instalados ao redor do mundo e a experiência de seis décadas de engenharia da Inepar S/A, além de contemplar o “estado da arte” em instrumentação e sistemas de aquisição de dados. O sistema de comando e controle do laboratório é repleto de recursos que permitem a automação de testes a níveis superiores dos demais laboratórios no mundo. A carteira total de encomendas da AHI – Andritz Hydro Inepar em Dezembro de 2010, apresenta um montante superior a R\$ 720 milhões em fornecimentos de equipamentos.

• **Divisão de Compensação Reativa:** A área de Compensação Reativa da IESA atua fortemente nos setores de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, com a fabricação e fornecimento de equipamentos para melhorar a eficiência dos Sistemas Elétricos. Proprietária de toda a tradição e competência da marca INEPAR CAPACITORES, possui um portfólio que integra os maiores fornecimentos de bancos de capacitores e filtros de harmônicos do sistema elétrico nacional. A fábrica de capacitores, situada no Centro Empresarial da IESA em Araraquara, é a instalação mais moderna do gênero na América Latina, e mantém convênio para suporte tecnológico com a empresa General Electric americana, líder tecnológica mundial no segmento.

- **Segmento de Construção & Montagem:** Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento, este segmento apresenta grande potencial de crescimento principalmente em função dos eventos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas 2016. Com previsão de investimentos de grande vulto entre 2011 e 2014 por conta do PAC 2, a IESA/INEPAR está diretamente inserida neste nicho de mercado com as seguintes divisões:

• **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e fabricação de trens de passageiros, tendo performado contratos para a CPTM (SP) e Central (RJ), Metrô-SP, Metrô-RJ, Metrô-Brasília, com tecnologia própria e fábrica com infraestrutura de saída direta para trilhos. Este segmento apresenta, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de carteira e encomendas de R\$ 275 milhões.

• **Divisão de Infraestrutura e Saneamento:** Através da nossa joint-venture TIISA – Triunfo Iesa Infraestrutura S/A, atuamos nas áreas metroviária, ferroviária, saneamento e outros. Em virtude da grande necessidade de investimentos em mobilidade urbana e transportes sobre trilhos, além da retomada dos investimentos nas ferrovias, esta divisão teve crescimento expressivo, conquistando em pouco tempo grandes contratos com os clientes Metrô-SP, CPTM, EBTU, SABESP, DAEE, CBTU, Transnordestina (TLSA), VALEC e DNIT. Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de encomendas atingiu aproximadamente R\$ 810 milhões, onde participamos com 30%, através da controlada IESA.

- **Segmento de Óleo & Gás:** No mercado de óleo & gás, estamos fortalecendo nossa participação, através da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

A IESA Óleo & Gás apresenta, em 31 de dezembro de 2010, um saldo da carteira de encomendas de R\$ 2,4 bilhões, que lhe possibilitará nos próximos exercícios um desempenho superior aos exercícios anteriores.

O destaque do exercício ficou por conta da assinatura do contrato para implantação da unidade de hidrocrackeamento (HDT) do Comperj, que será executado através de consórcio entre a Iesa Óleo & Gás, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia, e do contrato para fornecimento da plataforma de produção de petróleo P63 em consórcio com a Construtora Camargo Corrêa.

O cenário mercadológico mostra-se sólido, devido aos investimentos já anunciados pela Petrobras, confirmado pelo sucesso de seu plano de capitalização e descoberta das reservas da camada do pré-sal, associado à cláusula da ANP (Agência Nacional de Petróleo) de conteúdo nacional, a qual estabelece a fabricação no Brasil de até 70% dos empreendimentos para exploração e produção.

Além da base de operações off-shore de Macaé – RJ, para atendimento às plataformas que operam na Bacia de Campos, a IESA Óleo & Gás implantou em 2010 uma nova base de operações off-shore na Baixada Santista no município de São Vicente com o objetivo de atender as plataformas que operam na bacia de Santos e também as necessidades de manutenção da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA).

A Companhia também está atenta às oportunidades de construção de usinas termelétricas, principalmente a gás natural, existindo boas perspectivas de negócios nesta área a curto e médio prazo.

OUTRAS PATERCIAS

A Companhia continua na busca de parceiros tecnológicos e ou comerciais para maximizar participações e resultados nas diversas divisões de negócios em que atua, com ênfase na Divisão de Transporte Metroviário.

Assinamos, em 10 de Setembro de 2010, com a Innovida Factories Ltd instrumento para a constituição de uma joint-venture com tecnologia inovadora e pioneira na construção de habitações populares e outras aplicações em construções civis.

CERTIFICAÇÕES

Para atender às exigências de mercado, a Inepar e as suas empresas controladas e coligadas estão qualificadas com as seguintes certificações:

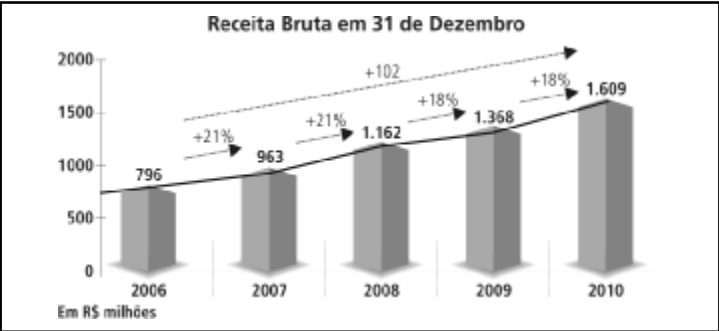
- Certificação na área nuclear
- Certificado ISO 9000
- Certificado Selo Asme
- Certificado Onip
- Certificado ISO 14.001 – Gestão ambiental
- Certificado OHSAS 18.001 – Gestão de segurança e saúde no trabalho

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Apresentamos abaixo a evolução dos valores da receita bruta desde o ano de 2006, onde podemos comprovar o crescimento obtido pela empresa em consequência das estruturas efetuadas nas áreas administrativas e industriais.

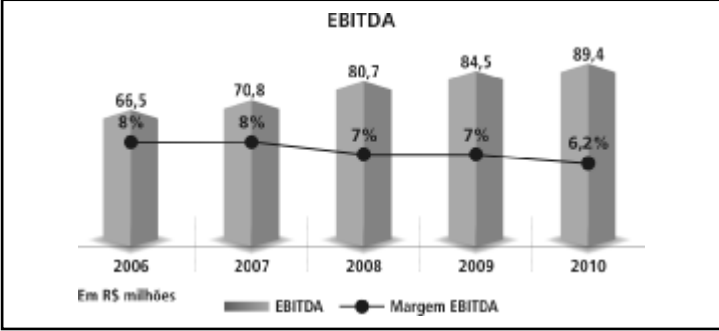
Neste período, realizamos investimentos em repotencialização, modernização e aquisição de equipamentos essenciais para os nossos processos fabris, mantendo as necessárias condições para ampliar a capacidade e produtividade, podendo assim atender um numero ainda maior de contratos. Vale ressaltar o nosso crescimento de horas de fábrica de 715 mil horas em 2006 para 1.700 mil horas em 2010.

A receita operacional bruta neste exercício de 2010 atingiu o montante recorde de R\$ 1.6 bilhões no consolidado contra R\$ 1.4 bilhões no exercício de 2009, representando um crescimento de 18% em 2010 comparativamente ao ano de 2009. Alcançamos esta receita bruta em virtude dos esforços das empresas coligadas e controladas que juntas vêm mantendo um ritmo acelerado de crescimento em suas atividades.



Em R\$ milhões

A geração de caixa operacional consolidado, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 89,4 milhões com uma margem de 6,2% em relação ao faturamento líquido. Um dos fatores que vem contribuindo para manter os valores do EBIT e EBITDA em níveis satisfatórios são os constantes acréscimos da receita bruta operacional que são gerados pelas empresas controladas e coligadas, em função da melhora da produtividade e no atendimento de seus contratos. Apesar da competitividade do mercado em relação aos segmentos em que atuamos, a Inepar tem conseguido manter as margens líquidas do EBITDA.



Em R\$ milhões

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 20% no consolidado em relação a 2009, devido ao aumento dos gastos com algumas readequações realizadas nas áreas de apoio à produção, como as áreas de engenharia, projetos e outras. Houve também um aumento no dimensionamento de pessoal voltado à elaboração de propostas, principalmente nas divisões de óleo & gás e de infraestrutura, necessárias para atender ao grande volume de licitações colocadas no mercado.

No exercício de 2009, o saldo líquido das despesas e receitas financeiras no consolidado foi de R\$ 154,9 milhões enquanto que no exercício de 2010 foi de R\$ 81,2 milhões. Esta redução de 47,7% ocorreu, principalmente, em função da regularização dos saldos dos impostos incluídos no programa Refis cujos lançamentos foram efetuados em despesas financeiras de 2009.

As despesas financeiras contabilizadas na conta de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros em 2010 atingiram o montante de R\$ 131 milhões. Conforme autorização do Conselho de Administração, em julho de 2010, foi efetuado o lançamento de ações para subscrição particular, onde a empresa efetuou a captação de recursos de aproximadamente R\$ 60 milhões.

Nossa estrutura de financiamentos ainda tem demandado esforços para uma melhor equalização e reescalonamento de taxas e prazos para pagamentos compatíveis com a geração de caixa de nossos projetos.

A Administração continua com as negociações junto ao BNDES, visando a reestruturação total das dívidas com alongamentos dos prazos de pagamento e novas condições contratuais.

Com referência ao equacionamento das nossas dívidas tributárias, a Inepar e suas controladas e coligadas estão incluídas no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis). Estamos no momento aguardando a liberação da Receita Federal do Brasil para efetuar a consolidação final da nossa dívida.

MARKET VALUE

Dentro do plano de reestruturação da Inepar, com a volta gradativa ao mercado acionário, principalmente com o empenho da administração em fornecer informações cada vez mais atualizadas e relevantes a seus acionistas, as ações valorizaram, de janeiro de 2.006 a dezembro de 2010, 450%, evoluindo no período, de um valor de mercado de R\$ 45 milhões para os atuais R\$ 500 milhões.



RECURSOS HUMANOS

A valorização e os constantes investimentos em treinamento nas equipes de trabalho, alinhados à visão estratégica da empresa, garantem um retorno financeiro e formam uma grande alavanca para atingir e superar as metas estabelecidas.

Na gestão de Recursos Humanos, a empresa tem adotado políticas de incentivo ao treinamento e ao desenvolvimento de carreira, principalmente junto ao seu pessoal de produção, facilitando o atendimento à forte demanda de produção, garantindo elevados padrões de qualidade e melhorando seus índices de produtividade.

Ao final do exercício de 2010, a Companhia contava com 6.355 colaboradores alocados na unidade fabril de Araraquara, nos escritórios, canteiros de obras e nas empresas coligadas e controladas. O corpo funcional da Companhia é altamente qualificado e atende plenamente as mais exigentes normas e especificações de qualidade.

Programas e Ações Sociais

Destacamos abaixo algumas ações sociais e programas internos desenvolvidos e implantados nas empresas controladas e coligadas:

- PROBEIN – Programa de bolsa de estudos aos dependentes dos colaboradores;
- DTI – Desenvolvimento de talentos da empresa;
- Programa de estágios para filhos de funcionários ou terceiros;
- Pense – Programa desenvolvido para atender filhos de funcionários que sejam portadores de necessidades especiais;
- Doações a entidades assistenciais;
- Convênios com escolas profissionalizantes;
- Doações a entidades que estimulam o desenvolvimento do esporte;
- Campanhas de doações de sangues, em convênio com diversos hemocentros;
- Programa Sol – Criado para ser referência em segurança, organização e limpeza.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no exercício social encerrado em 31/12/2010 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Martinelli Auditores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009			2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
		Reapre- sentado	Transição		Reapre- sentado	Transição				Reapre- sentado	Transição		Reapre- sentado	Transição	
Circulante								Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	10.827	16.280	2.007	180.009	100.210	67.581	Fornecedores	18	4.686	3.899	9.714	110.038	52.370	45.476
Clientes								Financiamentos e empréstimos	18	251.421	287.784	263.533	719.805	656.316	536.908
Contas a receber de clientes faturados	8	8.766	8.483	9.561	190.069	211.426	160.779	Debêntures	19	36.189	61.423	98.917	200.934	187.857	211.059
Contas a receber de clientes a faturar	8	7.590	14.645	9.021	185.608	115.141	77.475	Salários e encargos sociais		522	492	4.236	61.010	54.884	41.361
Títulos e valores mobiliários	9	17.314	13.722	3.773	29.605	31.018	3.773	Impostos e contribuições a recolher	20	42.986	40.153	32.091	134.737	100.738	82.316
Estoques	10	8.530	6.701	12.718	350.635	229.927	225.181	Dividendos propostos		10.493	—	—	10.842	1.212	—
Títulos a receber	11	14.389	24.175	12.237	38.894	46.537	53.816	Provisão de custos e encargos	21	9.142	9.142	10.690	55.154	80.154	96.978
Investimentos/Bens destinados a venda	12	—	—	—	332.752	215.638	339.989	Adiantamentos de clientes	22	13.170	19.060	15.192	264.566	177.532	133.726
Créditos de impostos	13	40.566	48.174	53.708	106.421	145.554	137.800	Títulos a pagar	23	42.048	29.929	61.868	40.175	23.829	33.869
Dividendos a receber		44.199	59.043	17.075	—	—	—	Provisão para contingências	26	—	24.939	18.291	—	24.939	18.291
Despesas antecipadas		3.383	—	112	6.872	6.777	4.200	Outras contas a pagar		1.369	2.770	222	40.215	33.218	20.543
Outros créditos	14	5.065	5.264	5.394	69.661	54.459	18.477	Total do Passivo Circulante		412.026	479.591	514.754	1.637.476	1.393.049	1.220.527
Total do Ativo Circulante		160.629	196.487	125.606	1.490.526	1.156.687	1.089.071	Não Circulante							
Não Circulante								Não Circulante							
Realizável a longo prazo								Realizável a longo prazo							
Clientes								Financiamentos e empréstimos	18	54.021	383	2.305	174.591	79.357	19.240
Contas a receber de clientes faturados	8	2.918	2.931	2.727	3.793	2.931	3.367	Debêntures	19	2.199	—	—	2.199	—	—
Contas a receber de clientes a faturar	8	124.815	122.568	151.823	179.844	173.786	221.608	Impostos e contribuições a recolher	20	395.061	380.025	250.504	634.520	584.719	427.134
Empresas ligadas	25	83.798	61.194	27.774	51.918	90.442	49.376	Empresas ligadas	25	80.977	142.621	216.033	23.832	1.274	11.230
Títulos a receber	11	6.849	12.180	18.873	16.659	19.129	58.956	Provisão para impostos diferidos	24	41.345	42.729	72.971	147.746	153.368	193.759
Títulos e valores mobiliários	9	314.094	219.089	301.596	932.550	803.812	597.189	Adiantamentos de clientes	22	—	—	—	1.254	4.397	—
Créditos de impostos	13	166.770	161.705	22.087	292.418	234.428	32.862	Títulos a pagar	23	7.478	9.512	9.645	3.739	4.246	3.883
Depósitos judiciais		12.474	12.068	12.927	19.265	17.339	19.186	Provisão para contingências	26	56.798	97.643	64.719	75.284	114.099	78.042
Outros créditos	14	—	—	—	57	2.833	—	Outras contas a pagar		—	—	—	26.428	17.961	12.721
Investimentos	15	612.759	633.875	586.790	29.391	9.910	38.621	Total do Passivo Não Circulante		637.879	672.913	616.177	1.089.593	959.421	746.009
Imobilizado	16	162.696	166.068	176.186	372.657	365.758	356.968	Patrimônio Líquido							
Intangível	17	—	—	—	17.246	1.677	107	Participação dos minoritários		—	—	—	81.358	90.601	205.532
Diferido		—	—	—	—	—	215	Patrimônio líquido da controladora							
Total do Ativo Não Circulante		1.487.173	1.391.678	1.300.783	1.915.798	1.722.045	1.378.455	Capital social	27	263.280	675.219	581.063	263.280	675.219	581.063
Total do Ativo		1.647.802	1.588.165	1.426.389	3.406.324	2.878.732	2.467.526	Gasto com subscrição de ações		(1.610)	(2.476)	—	(1.610)	(2.476)	—
								Reserva de capital		4.621	4.621	2.626	4.621	4.621	2.626
								Reserva de reavaliação		63.293	67.185	73.168	63.293	67.185	73.168
								Prejuízos acumulados		56.231	(402.304)	(461.957)	56.231	(402.304)	(461.957)
								Ajuste de avaliação patrimonial		87.319	93.416	100.558	87.319	93.416	100.558
								Adto p/ Futuro Aumento de Capital		124.763	—	—	124.763	—	—
								Total do Patrimônio Líquido		597.897	435.661	295.458	597.897	435.661	295.458
								Total do Passivo e		597.897	435.661	295.458	679.255	526.262	500.990
								Total do Patrimônio Líquido		1.647.802	1.588.165	1.426.389	3.406.324	2.878.732	2.467.526



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NÍVEL 1
BM & FBOVESPA

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

SMLL

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

4.3 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

4.4 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

4.5 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

4.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

4.7 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) empréstimos e recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ("impairment").

(d) Outros Ativos Financeiros

Neste valor estão incluídos os Títulos da Dívida Pública, recebidos da controladora para utilização na liquidação de impostos e tributos federais.

4.8 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para "impairment" se necessária.

4.9 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

4.10 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

4.11 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPG 10 do Comitê de pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes e, concomitantemente apurou valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards).

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 não difere significativamente do valor justo que o imobilizado teria em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2009, os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. O valor justo residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

4.12 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

4.13 "Impairment" de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ativo, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.14 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

4.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos e lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

4.18 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação dos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

Na controlada Iesa Projetos, através de acordo coletivo de trabalho negociado diretamente com o Sindicato da região de Araraquara, estabelece premissas e metas a serem cumpridas pelos trabalhadores, e no final de cada exercício estas metas são verificadas e posteriormente são definidos os valores dos bônus.

Também estão incluídos nas regras fixadas no acordo com o Sindicato os colaboradores ocupantes de cargos de comando e cargos de confiança, vinculando o bônus ao efetivo alcance de metas financeiras e a realização anual de objetivos, previamente definidos. A controlada Iesa Óleo & Gás mantém Programa de Alavancagem de Resultados (PAR) aos seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2010, constam do acordo assinado em 21/06/2010.

4.19 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) numero 17 do IBRACON.

4.20 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas, no consolidado, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e

(iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona. – CPC 17.

4.21 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

4.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

NOTA 5 - ADOÇÃO INICIAL DO IFRS

A empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2009, portanto as informações comparativas relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2009 são apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis e as legislações vigentes.

5.1 – Isenções da aplicação retrospectiva

Na data de transição a Companhia utilizou a seguinte isenção na aplicação do IFRS:

Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia optou por mensurar certos itens do ativo imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009, e utilizou esse valor como o custo atribuído (deemed cost) desses ativos.

5.2 – Conciliação entre critérios contábeis anteriores e o IFRS

As conciliações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e do resultado em 31 de dezembro de 2009 determinados de acordo com a prática contábil anterior para o patrimônio líquido e resultado determinados de acordo com as novas práticas, são apresentadas a seguir:

	Controladora								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	01/01/09
De acordo com as práticas contábeis anteriores	339.371	346.580	489.435	495.718	186.737	187.396	229.399	331.365	183.916
a) Custo Atribuído ao Imobilizado	43.266	42.910	42.554	42.197	45.145	44.638	44.131	43.622	45.723
a) Custo Atribuído ao Imobilizado de Coligadas	50.139	49.442	48.747	48.053	53.163	52.407	51.649	50.887	54.533
b) Deprec. ref. Revisão Vida Útil do Imobilizado	(1.780)	(1.713)	(1.657)	(1.604)	(869)	(1.199)	(1.520)	(1.846)	–
b) Deprec. ref. Revisão Vida Útil do Imobilizado Coligadas	3.866	4.559	5.179	5.933	(119)	985	2.077	3.226	–
c) Baixa Acervo Técnico reflexa Coligadas	(25.059)	(25.059)	(25.059)	(25.059)	(25.059)	(25.059)	(25.059)	(25.059)	(25.059)
Impostos Diferidos	23.189	23.909	14.081	21.395	19.734	20.266	20.858	22.560	19.809
Impostos Diferidos sobre Diferenças Temporárias	15.782	18.254	16.866	15.885	16.642	16.642	16.642	15.527	16.536
Ajuste a Valor presente reflexa Coligada	(749)	(749)	(749)	(749)	–	–	–	(749)	–
Reserva Especial de Ágio sobre incorporação	(3.872)	(3.872)	(3.872)	(3.872)	–	–	–	(3.872)	–
De acordo com o IFRS	444.153	454.261	585.525	597.897	295.374	296.076	338.177	435.661	295.458

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	
De acordo com as práticas contábeis anteriores	4.408	11.957	32.189	45.068	2.820	4.353	46.752	52.130	
a) Depreciação do Custo Atribuído ao Imobilizado	(540)	(1.080)	(1.620)	(2.160)	(876)	(1.645)	(2.414)	(3.184)	
b) Depreciação ref.Revisão da Vida Útil do Imobilizado	99	201	286	366	(1.316)	(1.816)	(2.302)	(2.798)	
Impostos Diferidos sobre Diferenças Temporárias	595	1.280	(8.577)	(1.290)	670	1.633	2.652	4.785	
Equivalência Patrimonial	(2.477)	(250)	(2.070)	(78)	(1.383)	(1.034)	(700)	(1.428)	
Ganhos/Perdas s/ Capital de Coligadas/Controladas	–	–	–	2.273	–	–	–	–	
Ajuste a Valor presente reflexa Coligada	–	–	–	–	–	–	–	(749)	
De acordo com o IFRS	2.085	12.108	20.208	44.179	(85)	1.491	43.988	48.756	

a) Custo atribuído ao imobilizado

A empresa apurou o valor justo de máquinas e equipamentos e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos na data de transição, conforme nota explicativa 16.

b) Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A partir da data de transição a Companhia revisou as estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível de suas controladas, e consequentemente, alterou suas taxas anuais de depreciação e amortização.

c) Baixa de acervo técnico

De acordo com o novo padrão contábil não é possível o reconhecimento e a reavaliação de ativos intangíveis gerados internamente, dessa forma, na data de transição, a Companhia efetuou a baixa do acervo técnico.

NOTA 6 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

c) Disponíveis para venda: Os títulos e valores mobiliários (FIDC), são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua baixa, quando será reclassificada para o resultado do exercício.

d) Derivativos: A empresa não mantém operações em derivativos.

e) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes., que são avaliados pelo custo amortizado.

f) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

g) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

• Riscos de taxas de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado a variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

	Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial			
Descrição	31/12/2010	R\$ mil	Cenário I R\$ mil	Cenário II R\$ mil



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NÍVEL 1
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

IGC

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

SMLL

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial

	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Circulante		
Fornecedores (g)	4.686	4.686
Empréstimos e Financ. (h)	251.421	251.421
Debêntures (i)	36.189	36.189
Títulos a pagar (j)	42.048	42.048
Outras contas a pagar (k)	1.369	1.369
Total Circulante	335.713	335.713
Não Circulante		
Empréstimos e Financ. (h)	54.021	54.021
Debêntures (i)	2.199	2.199
Títulos a pagar (j)	7.478	7.478
Total Não Circulante	63.698	63.698
Total Geral	399.411	399.411

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2009 conforme balanço patrimonial de 2009 conforme balanço patrimonial

	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	71.645	28.565
Contas a receber (b)	–	326.567
Títulos valores mobiliários – FIDC (c)	–	23.634
Títulos valores mobiliários (d)	7.384	–
Títulos a receber (e)	–	46.537
Outros créditos (f)	–	54.459
Total Circulante	79.029	401.669
Não Circulante		
Contas a receber (a)	–	176.717
Títulos valores mobiliários – FIDC (c)	–	118.171
Títulos valores mobiliários (d)	3.548	–
Títulos a receber (e)	–	19.129
Outros créditos (f)	–	2.833
Total Não Circulante	3.548,0	195.846
TOTAL GERAL	82.577	597.515

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2009 conforme balanço patrimonial

	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Circulante		
Fornecedores (g)	52.370	52.370
Empréstimos e Financ. (h)	656.316	656.316
Debêntures (i)	187.857	187.857
Títulos a pagar (j)	23.829	23.829
Outras contas a pagar (k)	33.218	33.218
Total Circulante	953.590	953.590
Não Circulante		
Empréstimos e Financ. (h)	79.357	79.357
Títulos a pagar (j)	4.246	4.246
Outras contas a pagar (k)	17.961	17.961
Total Não Circulante	101.564	101.564
Total Geral	953.590	953.590

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial

	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	147.120	32.889
Contas a receber (b)	–	375.677
Títulos valores mobiliários – FIDC (c)	–	20.384
Títulos e valores mobiliários (d)	–	9.221
Títulos a receber (e)	–	38.894
Outros Créditos (f)	–	69.661
Total Circulante	147.120	456.681
Não Circulante		
Contas a receber (b)	–	183.637
Títulos valores mobiliários – FIDC (c)	–	113.622
Títulos e valores mobiliários (d)	–	104.859
Títulos a receber (e)	–	16.659
Total Não Circulante	–	305.155
TOTAL GERAL	147.120	761.836

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial

	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Circulante		
Fornecedores (g)	110.038	110.038
Empréstimos e Financ. (h)	719.805	719.805
Debêntures (i)	200.934	200.934
Títulos a pagar (j)	40.175	40.175
Outras contas a pagar (k)	40.215	40.215
Total Circulante	1.111.167	1.111.167
Não Circulante		
Empréstimos e Financ. (h)	174.591	174.591
Debêntures (i)	2.199	2.199
Títulos a pagar (j)	3.739	3.739
Outras contas a pagar (k)	26.428	26.428
Total Não Circulante	206.957	206.957
Total Geral	1.318.124	1.318.124

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço. As contas a receber classificadas no ativo não circulante referem-se, em sua maior parte, a cobranças junto a clientes fundamentadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (vide nota explicativa nº 8).

(c) Títulos e Valores Mobiliários-FIDC

Refere-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC, descritas na nota explicativa nº 9, que a Companhia mantém classificado como disponíveis para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referente ao reconhecimento do seu valor justo são registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, portanto o valor contábil já está mensurado pelo valor de mercado.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Outros Ativos Financeiros referem-se, principalmente, aos títulos vencidos da Dívida Externa Brasileira que estão registrados pelo valor de face atualizado com base em Laudo de Especialistas, sendo que o valor de mercado não há como determinar, podendo ser igual ao valor contábil, se houver decisão favorável à controladora para utilização na compensação de impostos e contribuições federais. (vide nota explicativa nº 9a), e os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 9 itens "c" e "d".

(e) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e por vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) Outros Créditos

O saldo de R\$ 69.661, lançado em outros ativos financeiros refere-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e a pagamentos efetuados pela Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. por conta e ordem da Sadefem aos fornecedores dos projetos em que a Andritz tinha a Sadefem como consorciada ou parceiro estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços.

(g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(i) Debêntures

O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil, A Companhia está negociando com os debenturistas novos prazos e condições de pagamentos.

(j) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGP/M.

(k) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 7- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Caixa	–	–	7.708	5.615
Bancos Conta Movimento	6.279	–	24.887	22.950
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	–	–	293	–
Aplicação Financeira	4.548	16.280	147.121	71.645
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.827	16.280	180.009	100.210

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

NOTA 8 - CLIENTES – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Contas a Receber de Clientes Interno	15.934	23.010	383.647	328.934
Contas a Receber de Clientes Externo	6	6	6	6
Contas a Receber de Empresas Ligadas	422	118	–	–
Impairment (Provisão para Perdas)	(6)	(6)	(7.976)	(2.373)
Contas a Receber de Clientes	16.356	23.128	375.677	326.567
Parcela Circulante	16.356	23.128	375.677	326.567
Contas a Receber de Clientes Interno	127.733	125.499	183.637	176.717
Contas a Receber de Clientes	127.733	125.499	183.637	176.717
Parcela Não Circulante	127.733	125.499	183.637	176.717
Total a Receber de Clientes	144.089	148.627	559.314	503.284
Total Geral	144.089	148.627	559.314	503.284

A parcela não circulante das contas a receber de clientes é composta, em sua maior parte, por cobranças junto a clientes fundamentadas na manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos respectivos contratos. Devido à magnitude dos contratos, são em geral longos os prazos ajustados para a conclusão de projetos vinculados ao segmento de produtos de bens de capital e equipamentos de infraestrutura, no qual se desenvolve a maioria das operações da Companhia. Essa circunstância propicia desvios no decorrer da execução dos projetos, que obriga a Companhia a cobrar, junto a clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nesse sentido, a companhia reconheceu como contas a receber, classificados no não circulante, os montantes de R\$ 124.815 (R\$ 122.568 em 31/12/2009) na controladora e de R\$ 179.844 (R\$ 173.786 em 31/12/2009) no consolidado. A Administração, baseado no andamento das negociações, possui uma expectativa favorável de recebimento desses valores no longo prazo. O total consolidado de pleitos, em negociação com clientes, é de R\$ 472.482 (R\$ 363.192 em 31/12/2009) incluindo-se os valores supra, já contabilizados.

NOTA 9 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Direitos sobre Títulos da Dívida Pública (a)	199.304	169.586	714.069	682.093
FIDC (b)	56.070	59.334	134.004	141.804
GFS Premium – Debêntures (c)	–	–	37.858	–
Outras Aplicações e Títulos (d)	76.034	3.891	76.224	10.933
Total	331.408	232.811	962.155	834.830
Parcela circulante	17.314	13.722	29.605	31.018
Parcela não circulante	314.094	219.089	932.550	803.812

a) Refere-se a títulos da dívida pública federal e, no consolidado, está composto por R\$ 409.072 pertencentes à controlada Inepar

Equipamentos e Montagens S.A., utilizados pela Inepar S.A. Indústria e Construções em operação de aumento de capital, os quais serão utilizados pela controlada para a compensação de passivos tributários federais (notas explicativas 20 e 25); R\$ 199.304 pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções, valor recebido da Inepar Administração e Participações S.A.; R\$ 105.692 pertencentes à controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., valor recebido da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções. Tais direitos estão registrados pelo valor de face atualizado dos correspondentes títulos, apurado com base em laudo de especialistas, conforme determinado em sentença judicial parcial: "defiro aos autores a pretendida antecipação de tutela, tão só para o fim de utilizarem as apólices pelo valor de face, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, como aporte em integralização de capital, em benefício próprio ou para quem forem transferidas as apólices". A sentença parcial prevê, além da forma de valorização anteriormente mencionada, a utilização de tais títulos como aporte de capital e a possibilidade de transferência de sua propriedade. Estes ativos financeiros constituem dividas da União Federal por assunção na forma do DL 6.019/43, embora o Governo do Rio de Janeiro na forma das LOAs de 2008 a 2011 esteja pagando juros à União Federal.

O Tesouro Nacional reconhece que estes títulos são pagáveis através do Ofício numero 4929 datado de 04/11/2003 e ainda espelha no seu site no quadro como responsabilidade de liquidação ao Banco HSBC.

Consta na Bolsa de Valores de Londres este ativo financeiro pré-pactuado com juros anuais de 7%.

Em 12 de dezembro de 2002, foi proferida a sentença em 1ª instância contemplando o direito de utilização desses títulos na compensação de tributos e contribuições federais, inclusive os de natureza previdenciária.

b) O Fundo foi constituído em 30 de Abril de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços" e seu regulamento está registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo-SP, sob nº 1548524. A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 04 de agosto de 2008, sob o n.º CVM/SER/RFD/2008/041 para as Quotas Seniores e sob o n.º CVM/SER/RFD/2008/042 para as Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução da CVM n.º 444/06, de 08 de dezembro de 2006 e da Instrução CVM n.º 400/03, de 29 de dezembro de 2003.

O Fundo busca proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na Aquisição de direitos de créditos vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas ligadas.

Os títulos foram transferidos e passam a pertencer ao respectivo FUNDO, ficando o mesmo investido no direito de cobrar os respectivos valores, através dos Agentes de Cobrança.

O total de quotas é de 160, composta de 08 quotas Seniores e 152 quotas Subordinadas, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma.

A participação da Inepar Indústria no Fundo é de 59,84985147 quotas subordinadas.

O prazo de amortização das quotas é de 06 anos (com parcelas semestrais a partir de 28/12/09).

O montante amortizado das quotas pertencentes à Inepar S.A. Indústria até o período de 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.276.

Dados do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios são:

Fundo: Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços.

Administrador/Distribuidor: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

Custodiante: Deutsche Bank S.A.

Agentes de Cobrança: A Cedente Líder IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e MDC Assessoria Empresarial S.A.

Agência de Rating: Austin Rating

Banco Estruturador: BancoSchahin S.A.

Empresa de Auditoria: KPMG Auditores e Consultores S.A.

Total dos Direitos Creditórios em 31/12/2010: R\$ 142.401.169,62

c) Refere-se a 28.799 debêntures não conversíveis em ações, pertencentes a controlada Inepar Energia S.A., de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A., emitidos em 30 de setembro de 2006, com vencimento final em 10 de fevereiro de 2016, sendo que a primeira amortização vencerá no dia 10 de julho de 2013 e a última em 10 de fevereiro de 2016, atualizadas pela variação do IGP-M.

d) Refere-se, principalmente, a 66.200 debêntures não conversíveis em ações, pertencentes à Inepar S/A Indústria e Construções S/A., de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S/A., emitidos em 30 de novembro 2010, com vencimento final em 30 de novembro de 2016, sendo que a primeira amortização vencerá no dia 30 de novembro de 2012 e a última em 30 de novembro de 2016, atualizadas pela variação do IGP-M.

NOTA 10 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Produtos em elaboração	146	4	136.424	102.386
Insumos e materiais	–	–	52.084	47.251
Adiantamentos a fornecedores	8.384	6.697	142.823	59.144
Importações em andamento	–	–	19.304	21.146
Total	8.530	6.701	350.635	229.927

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 11 - TÍTULOS A RECEBER (CONSOLIDADO)

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas Inepar Energia S.A., IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Equipamentos e Montagens S.A., conforme demonstrado abaixo:

	2010		2009	
Venda de Ativos e Investimentos (a)			18.782	27.130
Venda participação realizada pela controlada Inepar Energia (b)			22.024	18.000
Inepar Administração e Participações S.A. (c)			6.849	16.205
Outros valores			7.898	4.331
			55.553	65.666
Parcela Circulante			38.894	46.537
Parcela não circulante			16.659	19.129

a) Valores a receber decorrentes, principalmente, da venda de participações em investimentos em segmentos de negócios fora da área estratégica da empresa.

b) Proveniente da controlada Inepar Energia S.A.:

• Corresponde à parcela do valor da venda da participação na controlada Itaguaí Energia S.A., para a Riviera Brasil Negócios e Participações Empresariais Ltda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, e Outras Avenças, firmado em 12 de junho de 2007, acrescido de atualização monetária pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a. Em virtude do não cumprimento dos termos previstos em contrato pela Riviera, no que se refere a falta de liquidação do valor envolvido, a administração da Inepar Energia, nos termos do contrato de compra e venda, está tomando as medidas necessárias para reverter a venda.

c) Refere-se aos valores recebidos do Banco BVA e transferidos para a Inepar Administração e Participações S.A., cujos vencimentos deverão ocorrer em parcelas mensais.

NOTA 12 - BENS DESTINADOS À VENDA (CONSOLIDADO)

Classificados nos balanços das empresas controladas, discriminados abaixo:

	2010		2009	
Inepar Energia S.A. (a)			203.854	203.854
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (b)			128.898	11.784
			332.752	215.638
Parcela Circulante			332.752	215.638

a) Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de abril de 2004, o Conselho da controlada Inepar Energia S.A. deliberou, por unanimidade de votos, destinar à venda os investimentos representativos da participação total da Companhia nas empresas Centrais Elétricas Matagrossense S.A. – CEMAT no montante de R\$ 122.779 (30/06/2004),autorizando a diretoria a tomar todas as providências necessárias para efetivar a operação de alienação deste ativo, recomendando a imediata reclassificação deste investimento do Ativo Permanente para o Ativo Circulante.

Por conta desta deliberação, a Inepar Energia S.A. contratou a empresa especializada Moore Stephens SGR Consultores Associados



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NÍVEL 1
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

SMLL

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

a) O saldo refere-se aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbren/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). b) Referem-se a pagamentos efetuados por conta e ordem da Sadefem aos seus fornecedores nos projetos que a Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. tinha a Sadefem como consorciado ou parceiro estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços.

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Participação em controladas/coligadas (a)	612.248	633.279	1.113	6.772
Saldo de ágio apurado em Investimento	35	120	35	120
Bens não operacionais (b)	376	376	376	1.064
Propriedade para Investimentos (c)	–	–	20.600	–
Outros investimentos	100	100	7.267	1.954
	612.759	633.875	29.391	9.910

a) Participação em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					2010	2009
Controladas/Coligadas						
Inepar Energia S.A.	323.637	114.571	(21.061)	(8.871)	48.258	57.592
Inepar Equip. e Montagens S.A.	191.423	296.264	41.982	41.983	296.264	316.516
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. (i)	200.809	321.590	33.206	24.771	238.495	218.747
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	85.810	78.461	(17.024)	(8.512)	29.231	40.424
				49.371	612.248	633.279

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O.N.	P.N.		
Controladas/Coligadas				
Inepar Energia S.A.	90.000	54.976	42,12	60,00
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A.	149.799	–	74,60	100,00
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	13.049	–	50,00	50,00

(i) IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

A parcela correspondente a mais valia de máquinas e equipamentos e ao acervo técnico foi registrada no grupo de investimento, com contrapartida em resultado do exercício. Contudo, por se tratar de um ganho ainda não realizado uma vez que a sociedade controlada ainda não havia gerado resultados correspondentes aos ativos recebidos, a Companhia constituiu provisão para lucros não realizados, no mesmo montante do ganho auferido, redutora do correspondente investimento e com contrapartida em resultado do exercício.

Em 17 de dezembro de 2009, através da Ata da 16ª Assembléia Geral Extraordinária da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., foi aprovado o aumento do capital social da companhia, mediante emissão de 45.740.246 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias ao valor de R\$ 1,00 (um real), onde a acionista Inepar S.A. Indústria e Construções subscreveu o montante de R\$ 40.856 representadas por 40.855.806 (quarenta milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, sendo o saldo remanescente integralizado no primeiro trimestre de 2010, desta forma, a participação da Inepar S.A. Indústria e Construções passou de 67,10% para 74,60%.

(ii) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de fevereiro de 2008, os acionistas da GEHI(GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), aprovaram um aumento de capital de R\$ 42.802, elevando o montante do capital subscrito e integralizado de R\$ 23.007 para R\$ 65.809. O aumento foi efetuado com a emissão de 9.091.924 novas ações, nominativas e sem valor nominal.

A acionista General Electric do Brasil S.A. subscreveu e integralizou 2.845.093 ações no valor de R\$ 13.394, por meio de uma nota promissória de sua emissão, com vencimento em 15 de fevereiro de 2008. Esta nota promissória encontra-se totalmente liquidada.

A acionista Inepar S/A Indústria e Construções S.A., subscreveu e integralizou 6.246.331 ações, parte em bens devidamente avaliados no valor de R\$ 8.769 e parte em notas promissórias, estas no total de R\$ 20.638, vencendo a primeira nota promissória em 30/06/2008, no valor de R\$ 10.715, sendo que a mesma foi liquidada na mesma data do seu vencimento, sendo o saldo divididos em 10 notas promissórias, vencendo a primeira em 31/12/2008 e as demais a nos anos seguintes.

As notas promissórias vencidas em 31/12/2008, 31/12/2009 e 31/12/2010 já se encontram quitadas.

Após esta integralização, a Inepar S.A., passou a deter participação de 50% sobre a referida empresa.

A GE Hydro Inepar do Brasil S.A. teve a sua razão social alterada para Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

b) Bens não operacionais

Referem-se a imóveis (terrenos) de propriedades da Empresa.

c) Propriedade para Investimentos

A controlada Iesa Óleo&Gás S.A., em atendimento ao CPC 28 – Propriedade para Investimento, contratou especialistas para obter o valor justo de um imóvel de 440.000 m2 com 26.986 m2 de área construída, localizado na BR 116 km 121,5 Bairro Iriri na cidade de Magé/RJ.O valor justo foi obtido na data base de 31 de dezembro de 2010.Nas demonstrações de 31 de dezembro de 2009 e na data da adoção do IFRS em 01º de janeiro de 2010, esse imóvel estava destinado à venda, sendo que em 2010 a Diretoria decidiu não mais disponibilizá-lo a venda em um prazo curto, pois pretende obter uma valorização maior pelo fato deste imóvel se encontrar nas proximidades da futura instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em Itaboraí/RJ.

Em 30 de novembro de 2008, a empresa adquiriu da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a participação de 26,4% no capital da Ibratrem Estruturas Metálicas S.A.. Em 31 de dezembro de 2010, através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Valores Mobiliários e Outras Avenças este investimento foi adquirido pela Inepar Administração e Participações S.A.,

Em 17 de dezembro de 2009, através da Ata da 16ª Assembléia Geral Extraordinária da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., foi aprovado o aumento do capital social da companhia, mediante emissão de 45.740.246 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias ao valor de R\$ 1,00 (um real), onde a acionista Inepar S.A. Indústria e Construções, subscreveu o montante de R\$ 40.856 representadas por 40.855.806 (quarenta milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, sendo o saldo remanescente integralizado no primeiro trimestre de 2010, desta forma, a participação da Inepar S.A. Indústria e Construções passou de 67,10% para 74,60%.

15.1 Empresas controladas em conjunto

Conforme requerido pelo artigo 33 da Instrução CVM n.º 247 de 27 de março de 1996, e já contemplando o que determina o CPC 19 – Investimentos em empreendimentos controlados em conjuntos são apresentados a seguir o balanço patrimonial e a demonstração de resultados da controlada em conjunto, para permitir melhor análise da situação econômica financeira dessa empresa.

Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

	Consolidado		Total	
	50%	100%		
Participação no capital em %				
Ativo	291.591	583.181		
Circulante	231.815	463.630		
Realizável a Longo Prazo	20.289	40.578		
Permanente	39.487	78.973		
Passivo	291.591	583.181		
Circulante	223.504	447.008		
Exigível a Longo Prazo	26.175	52.349		
Patrimônio Líquido	41.912	83.824		
Demonstração de Resultado				
Receita Operacional Bruta	237.220	474.440		
Deduções de Vendas	(27.355)	(54.709)		
Receita Líquida	209.865	419.731		
Custo dos Bens e Serviços	(205.147)	(410.294)		
Resultado Bruto	4.718	9.437		
Receitas/Despesas Operacionais	(18.777)	(37.554)		
Resultado Operacional	(14.059)	(28.117)		
Outras Receitas/Despesas	122	243		
Resultado antes da Tributação	(13.937)	(27.874)		
Provisão para I.Renda e C.Social	5.425	10.850		
Reversão de Juros C.Próprio	–	–		
Lucro Líquido do período	(8.512)	(17.024)		

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e Máquinas e Equipa-mentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Instalações e Ferramentas		Equipamentos de Informática		Outros		Total
	Terrenos	Benfeitorias	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%	20%	10 a 30%	
Taxas anuais de depreciação	–	4%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%	20%	10 a 30%	–
Em 31 de dezembro de 2008													
Custo	5.082	110.570	4.635	2.406	12	8.070	4.994	24.397	160.166				
Depreciação Acumulada	–	(13.700)	(4.375)	(2.085)	(12)	(5.979)	(4.101)	(23.005)	(53.257)				
Valor contábil líquido	5.082	96.870	260	321	–	2.091	893	1.392	106.909				
Custo Atribuído (Deemed Cost)	15.047	50.736	3.494	–	–	–	–	–	69.277				
Ajuste Avaliação Vida Útil	(4.702)	(603)	(9)	(6)	(577)	(84)	(5.981)						
Adições	–	–	–	13	–	8	–	21					
Depreciação	–	(2.764)	(118)	(87)	–	(211)	(220)	(757)	(4.157)				
Baixas da Depreciação													
Saldo Final	20.129	140.140	3.033	238	–	1.874	104	551	166.069				
Em 31 de dezembro de 2009													
Custo	20.129	161.306	8.129	2.419	12	8.070	5.002	24.397	229.464				
Depreciação Acumulada	–	(21.167)	(5.096)	(2.181)	(12)	(6.196)	(4.898)	(23.846)	(63.396)				
Valor contábil líquido	20.129	140.139	3.033	238	–	1.874	104	551	166.069				
Em 31 de dezembro de 2010													
Custo	20.129	161.306	8.129	2.419	12	8.070	5.004	26.619	231.688				
Depreciação Acumulada	–	(25.296)	(5.834)	(2.262)	(12)	(6.410)	(4.877)	(24.522)	(68.992)				
Valor contábil líquido	20.129	136.010	2.295	157	–	1.660	127	2.318	162.696				
Consolidado													
	Edificações e Máquinas e Equipa-mentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Instalações e Ferramentas		Equipamentos de Informática		Outros		Total
	Terrenos	Benfeitorias	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%	20%	10 a 30%	
Taxas anuais de depreciação	–	4%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%	20%	10 a 30%	–
Em 31 de dezembro de 2008													
Custo	9.516	173.679	116.381	8.600	2.161	10.279	17.361	27.208	365.185				
Depreciação Acumulada	–	(45.992)	(55.010)	(5.473)	(815)	(6.802)	(12.186)	(25.256)	(151.534)				
Valor contábil líquido	9.516	127.687	61.371	3.127	1.346	3.477	5.175	1.952	213.651				
Custo Atribuído (Deemed Cost)	15.047	51.131	85.725	–	–	–	–	–	151.903				
Ajuste Avaliação Vida Útil	–	(4.130)	(2.382)	(323)	(8)	88	(521)	(84)	(7.360)				
Adições	3.000	5.298	23.962	438	–	–	1.122	1.477	35.297				
Transferências	–	966	(2.046)	–	–	–	(5.291)	(2.035)	(8.406)				
Baixas	–	–	(8.545)	(30)	–	–	(20)	–	(8.595)				
Depreciação	–	(6.225)	(8.431)	(574)	(215)	(406)	3.833	1.273	(10.745)				
Baixas da Depreciação	–	–	9	5	–	–	–	–	14				
Saldo Final	27.563	174.727	149.663	2.643	1.123	3.159	4.298	2.583	365.758				
Em 31 de dezembro de 2009													
Custo	27.563	231.074	215.477	9.008	2.161	10.279	13.172	26.650	535.384				
Depreciação Acumulada	–	(56.348)	(65.814)	(6.365)	(1.038)	(7.120)	(8.874)	(24.067)	(169.626)				
Valor contábil líquido	27.563	174.726	149.663	2.643	1.123	3.159	4.298	2.583	365.758				
Em 31 de dezembro de 2010													
Custo	26.929	195.410	239.274	9.795	2.161	10.280	15.103	28.872	527.824				
Depreciação Acumulada	–	(31.144)	(73.283)	(6.989)	(1.254)	(7.432)	(10.543)	(24.522)	(155.167)				
Valor contábil líquido	26.929	164.266	165.991	2.806	907	2.848	4.560	4.350	372.657				

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

NOTA 17 - INTANGÍVEL

	Consolidado				
		Acervo	Direito de uso	Gastos c/	
Consolidado	Concessões	Técnico	de Software	implantação de	Total
Taxas anuais de amortização			20%	sist. e métodos	
Em 31 de dezembro de 2008					
Custo	—	31.777	1.076	601	33.454
Amortização Acumulada	—	—	—	—	—
Valor contábil líquido	—	31.777	1.076	601	33.454
Baixas	—	(31.777)	—	—	(31.777)
Saldo Final	—	—	1.076	601	1.677
Em 31 de dezembro de 2009					
Custo	—	—	1.076	601	1.677
Depreciação Acumulada	—	—	—	—	—
Valor contábil líquido	—	—	2.152	1.202	1.677
Adições	12.373	—	1.715	1.639	15.727
Amortização	—	—	(158)	—	(158)
Saldo Final	12.373	—	3.709	2.841	17.246
Em 31 de dezembro de 2010					
Custo	12.373	—	2.791	2.240	17.404
Depreciação Acumulada	—	—	(158)	—	(158)
Valor contábil líquido	12.373	—	2.633	2.240	17.246



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NÍVEL 1
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Terceira emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 46ª AGE de 29 de dezembro de 1996 aprovou a emissão de 25.000 debêntures, sendo 20.000 da 1ª série, não conversível em ações, e 5.000 da 2ª série, conversível em ações preferenciais nominativas. Foram registradas na CVM sob nº SEP/GER/DEB-96/173 para a 1ª série e SEP/GER/DCA-96/020 para a 2ª série em 20 de dezembro de 1996. As debêntures foram totalmente integralizadas, sendo que 4.750 debêntures da 1ª série e 87 debêntures da 2ª série foram resgatadas e 3.168 debêntures da 2ª série foram convertidas em ações preferenciais nominativas da Inepar, restando 16.995 debêntures, onde 5.030 debêntures da 1ª série e 575 debêntures da 2ª série, que estavam em poder da controlada Inepar Energia S.A., foram vendidas em 06 de abril de 2010, para a empresa Galleas Partners I FIA. Em 23 de julho de 2010, conforme ata da 276ª Reunião do Conselho de Administração foi deliberada a integralização do capital social através da utilização dos créditos provenientes das debêntures da terceira emissão. Desta forma, foram integralizados em ações créditos equivalentes a 16.495 debêntures, sendo 15.250 debêntures da 1ª série e 1.245 debêntures da 2ª série, restando ainda 500 debêntures da 2ª série, o que corresponde a um saldo devedor em 31/12/2010 de R\$ 2.250 na controladora e R\$ 2.250 no consolidado, e em 31/12/2009 R\$ 19.950 e R\$ 13.192 respectivamente.

Critério de Remuneração e Vencimento: A Inepar moveu ação ordinária de nulidade e revisão de algumas cláusulas constantes do segundo aditamento à escritura de emissão. Em função dos valores estarem sendo discutidos em ação judicial, a partir de outubro de 2003 a Empresa deixou de efetuar as amortizações estabelecidas na Ata da 2ª Assembleia Geral de debenturistas de 05 de junho de 2002, até que se tenha uma posição judicial. O saldo devedor estava sendo corrigido pelo IGPM fixo de 9% a.a., acrescidos de juros de 11% a.a base 360 dias.

Conforme Ata da 8ª Assembleia Geral de Debenturistas de 14 de maio de 2010 e sua continuação de 02 de junho de 2010, da 3ª emissão pública de debêntures, foi aprovada a proposta de repactuação e alteração das condições de pagamento do saldo devedor das debêntures, tendo o saldo devedor de ambas as séries atualizados até a data de 1º.04.2010, nos termos do "Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures da Inepar S.A. Indústria e Construções", ou seja, por IGP-M + 11% a.a. (juros compostos), após essa data, o saldo devedor será amortizado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, a primeira com vencimento para 1º.08.2010, sendo que a última para 1º.07.2020, todas atualizadas monetariamente pela variação da TR - Taxa Referencial, acrescido de juros remuneratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano.

Quarta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 55ª AGE de 12 de janeiro de 2001 aprovou a emissão de 270.000 debêntures, sendo 135.000 da 1ª série, conversíveis em ações ordinárias e 135.000 da 2ª série, conversíveis em ações preferenciais, as quais registradas na CVM sob n.º SER/CVM/DCA/2001/002 em 23 de abril de 2001. Foram subscritas 15.810 debêntures da 1ª série.

A Inepar realizou o resgate total das 15.810 debêntures da seguinte forma: em 10 de fevereiro de 2003 resgatou 14.810 debêntures dando em pagamento a quantia de 1.000 debêntures de emissão da Subestação Eletrometro S.A. e o imóvel denominado "Fábrica de Jacareí"; em 15 de setembro resgatou antecipadamente 400 debêntures; em 14 de março de 2005 resgatou 424 debêntures; e em 08 de julho de 2005 resgatou 176 debêntures, permanecendo em tesouraria o total de 15.810 debêntures. Foram transferidas 15.156 debêntures para a empresa MDC Assessoria Empresarial S.A. sendo 1.651 transferidas em 16/04/2007, 2.673 em 18/03/2008, 1.731 em 30/07/2008, 2.924 em 15/09/2008, 1.177 em 20/10/2008 e 5.000 em 30/12/2008 referente à liquidação de créditos da cessionária junto a Inepar; em 30/09/2009 a MDC transferiu 15.156 para a empresa Inepar Administração e Participações S.A. Em 30 de abril de 2010 a Inepar transferiu a titularidade de 254 debêntures para a empresa Delft Administração e Participações S.A., o que corresponde a um saldo devedor em 31/12/2010 de R\$ 930 na controladora e no consolidado.

Conforme Ata da 73ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2010, foi aprovada a conversão de 15.156 debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia, nos termos da sub cláusula 4.12.6 da escritura Particular e com base na AGE de 12 de novembro de 2009, com a consequente emissão de 11.204.614 (onze milhões, duzentos e quatro mil, seiscentas e quatorze) ações ordinárias.

Critério de Remuneração e Vencimento: De acordo com a Ata da 11ª Assembleia Geral de debenturistas realizada em 03 de maio de 2010, foram aprovadas as alterações das condições e características das debêntures da 4ª emissão a seguir discriminadas: Prorrogação e reprogramação do prazo de pagamento da amortização programada das debêntures da 4ª emissão, passando de duas para uma parcela, com vencimento em 02/05/2011, data de vencimento da presente emissão, bem como o prazo de pagamentos da terceira parcela da remuneração programada das referidas debêntures, de sorte que a remuneração prevista para o dia 02/05/2010, seja realizada em 02/11/2010, data do evento de remuneração da quarta parcela, ratificando, ainda, a taxa de remuneração atual e de todos os demais eventos e pagamentos.

No Consolidado

Primeira emissão Inepar Equipamentos e Montagens S.A.(subsidiária integral)

A 4ª e 5ª AGE de 19 de agosto e 9 de outubro de 1998, respectivamente, aprovaram a emissão de 48.571 debêntures de série única, conversível em ações preferências, totalizando o montante de R\$ 36.810. Esta emissão foi registrada na CVM com n.º SEP/GER-2/DCA-98/043 em 19 de novembro de 1998 e são remuneradas com base na variação da TJLP considerando um redutor de 6%, mais juros calculados à taxa de 6% a.a.. Estas debêntures se encontram totalmente vencidas e em 31/12/2010 apresentava um saldo devedor de R\$ 203.133 (R\$ 187.857 em 31/12/2009). A diretoria da Inepar está renegociando com os debenturistas novas taxas e prazos de pagamento.

NOTA 20 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	395.302	376.995	594.300	561.566
ICMS a recolher/Parcelamentos	30.250	31.675	49.363	38.530
INSS a recolher/Parcelamentos	589	—	45.924	26.311
PIS/COFINS DIFERIDO	1.803	1.803	11.290	15.621
ISS a recolher/Parcelamentos	10.057	9.523	17.437	19.119
PIS/COFINS A RECOLHER	—	—	37.343	10.272
Impostos e Contribuições retidos na fonte	—	—	10.272	7.441
IRPJ e CSLL Parcelamento	—	—	1.117	1.422
(-) Adto s/Parcelamentos	—	—	(2.998)	(2.007)
Outros	46	182	5.209	7.182
	438.047	420.178	769.257	685.457
Parcela circulante	42.986	40.153	134.737	100.738
Parcela não circulante	395.061	380.025	634.520	584.719

(a) Atendendo os benefícios estabelecidos pelo Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, a Empresa protocolou o pedido de parcelamento de dívidas previdenciárias e de impostos e contribuições federais, onde está aguardando o comunicado da Secretaria da Receita Federal para a consolidação destes débitos. Do saldo consolidado no valor de R\$ 594.300, referente aos impostos a serem parcelados, será deduzido o valor de R\$ 185.559 (vide nota explicativa nº 13), que corresponde ao crédito dos impostos sobre prejuízo fiscal do IRPJ e a base negativa da contribuição social acumulados, lançado no ativo circulante como créditos de impostos, perfazendo o montante líquido estimado a ser parcelado de R\$ 408.741.

Este parcelamento especial já cumpriu diversas etapas conforme discriminado abaixo e encontra-se atualmente na fase de informação à RFB e PGFN dos débitos a serem consolidados:

- O prazo para formalização do pedido de parcelamento encerrou-se em 30 de novembro de 2009, sendo que a Inepar protocolou o pedido de parcelamento em 17 de agosto de 2009.
- Em 01 de março de 2010 encerrou-se o prazo para desistência dos processos judiciais que foram incluídos no parcelamento.
- Em 30 de julho de 2010 encerrou-se o prazo para a declaração de inclusão total ou parcial dos débitos no refis, conforme Portaria conjunta PGFN/RFB nº 03 de 29 de abril de 2010.
- Em 16 de agosto de 2010 a Inepar e as demais empresas detalharam para a RFB todos os débitos que serão considerados no refis.

A partir de março de 2011, a Receita Federal irá disponibilizar os sistemas eletrônicos para que seja efetuados as conferências e posteriormente em as consolidações dos débitos tributários.

Apesar do pedido de parcelamento conforme a Lei n.º 11.941/09, a Empresa continua com "Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Obrigacional Tributária" para quitação de débitos através da compensação com direitos sobre títulos da dívida pública, recebidos da controladora Inepar Administração e Participações S.A., através de Contrato de Mútuo de Ativo Financeiro. Em 12 de dezembro de 2002, foi proferida sentença em 1ª instância contemplando o direito de utilização dos títulos na compensação de tributos e contribuições federais, inclusive as de natureza previdenciária.

NOTA 21 - PROVISÃO DE CUSTO E ENCARGOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
ICMS s/Receitas	3.755	3.755	29.481	29.071
ISS s/Receitas	3.654	3.654	6.711	6.035
Custos a Incurrir	1.733	1.733	18.962	45.048
	9.142	9.142	55.154	80.154

Refere-se a materiais recebidos ou conclusão de etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos fornecedores, bem como provisão de impostos sobre as receitas.

NOTA 22 - ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de venda de produtos ou serviços deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 23 - TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (a)	9.468	9.753	5.096	4.877
Cia. Siderúrgica Nacional (b)	18.950	16.932	18.950	16.932
ZF Hurt (c)	—	—	2.755	3.039
IESA Projetos, Equipam. e Montagens S.A. (d)	17.899	12.487	—	—
Penta Participações e Investimentos Ltda	—	—	6.390	2.559
MDC Assessoria	2.266	—	2.266	—
Outros	943	269	8.457	668
	49.526	39.441	43.914	28.075
Parcela Circulante	42.048	29.929	40.175	23.829
Parcela não Circulante	7.478	9.512	3.739	4.246

a) Valores devidos à Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.(nova razão social da GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta da subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo a parcela inicial liquidada em 31/12/2008. Estes valores deverão ser liquidados com a prestação de serviços através do contrato existente e com o incremento de atividades que a nova fase da joint-venture irá proporcionar com o atendimento do mercado mundial de Hidro-Geração, o que representará um aumento considerável de horas contratuadas na planta-fábrica de Araraquara.

b) Refere-se ao processo Judicial movido pela CSN, o passivo foi constituído em 1998 pela compra da participação da Fem, formando a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens, atual Inepar Equipamentos e Montagens S.A. Em 27 de março de 2009, foi assinado entre a Inepar S.A. Indústria e Construções e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, definindo novos valores e condições de pagamentos.

c) Refere-se à importação de materiais utilizados na execução do contrato do Metrô-SP, pela controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.. A empresa está negociando novas condições de pagamento, uma vez que os recebimentos dos eventos vinculados a estes equipamentos encontram-se paralisados (pelo Metrô) temporariamente.

d) Refere-se aos valores devidos a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. em função de assunção de créditos.

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias	
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias	
	Prej. Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído e Revisão de Vida Útil
	2010	2009	2010	2009
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	21.832	19.809	41.641	21.832
Em 31 de dezembro de 2008	21.832	19.809	41.641	21.832
Constituição dos Tributos	—	116.247	3.628	119.875
Baixa dos Tributos	(624)	—	(877)	(1.501)
Em 31 de dezembro de 2009	21.208	116.247	22.560	160.015
Constituição dos Tributos	—	—	9.858	9.858
Baixa dos Tributos	(773)	—	(11.023)	(11.796)
Em 31 de dezembro 2010	20.435	116.247	21.395	158.077
	20.435	116.247	21.395	158.077

	Controladora		Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias	
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias	
	Prej. Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído e Revisão de Vida Útil
	2010	2009	2010	2009
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	20.944	30.334	51.278	25.896
Em 31 de dezembro de 2008	20.944	30.334	51.278	25.896
Constituição dos Tributos	—	182.915	46.333	229.248
Baixa dos Tributos	(624)	—	(887)	(1.511)
Em 31 de dezembro de 2009	20.320	182.915	75.780	279.015
Constituição dos Tributos	2.477	2.644	17.643	22.764
Baixa dos Tributos	(1.676)	—	(11.499)	(13.175)
Em 31 de dezembro de 2010	21.121	185.559	81.924	288.604
	21.121	185.559	81.924	288.604

Foram diferidos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, lucros correspondentes a receitas não recebidas de contratos firmados com empresas do poder público, conforme permite o artigo 409 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999. Os tributos incidentes sobre estes lucros no montante de R\$ 33.900 (R\$ 40.352 em 31/12/2009) no consolidado estão provisionados no Passivo não Circulante, juntamente com os Impostos Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação (Parágrafo 34 da NPC 24 do IBRACON de 19/06/1995) no montante de R\$ 22.148 (R\$ 24.149 em 31/12/2009).

NOTA 25 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2010:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de Clientes	Mútuos	31/12/2010	31/12/2009
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	268	3	—	—
Inepar Equip. e Mont. S.A.	—	—	193	—
Iesa Proj. Equip. Mont. S.A.	—	—	55.638	—
Inepar Trading S.A.	—	—	27.967	25.986
Inepar Administração e Participações S.A.	—	—	4.953	—
	268	3	83.798	30.939

	Títulos a Receber		Afac	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Sadefem Equip. e Montagens	—	12.086	—	—
Ibrafem Estruturas Metálicas	—	—	—	30.255
	—	12.086	—	30.255

	Dividendos s/Juros Cap. Próprio		Títulos a Receber	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Inepar Equip. e Mont. S.A.	9.971	26.713	—	—
Iesa Proj. Equip. Mont. S.A.	11.766	12.148	—	—
Inepar Administração e Participações S.A.	—	—	6.849	11.160
Sadefem Equip. e Montagens	—	—	—	1.020
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	22.462	20.182	—	—
	44.199	59.043	6.849	12.180

	Debêntures		Debêntures	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Inepar Energia S.A.	—	—	—	20.424
	—	—	—	20.424

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar	Mútuo	31/12/2010	31/12/2009
Iesa Proj. Equip. Mont. S.A.	17.899	11.467	—	—
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	1.989	1.262	—	—
Inepar Energia S.A.	—	—	64.258	64.081
Inepar Equip. e Mont. S.A.	—	—	—	78.530
Inepar Administração e Participações S.A.	—	—	16.709	—
Demais Empresas	—	—	10	10
	19.888	12.729	80.977	142.621

	Títulos a Pagar		Títulos a Pagar	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	—	—	7.478	8.492
Iesa Proj. Equip. Mont. S.A.	—	—	—	1.020
	—	—	7.478	9.512

	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receita de Vendas	Despesas Compras	31/12/2010	31/12/2009
Iesa Proj. Equip. Mont. S.A.	—	—	—	498
	—	—	—	498

esa Proj. Equip. Mont. S.A.	-	-	-	498
	-	-	-	498
	Resultado (Receitas)	Resultado (Despesas)		
	Receita de Aluguéis	Despesas Financeiras		



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NÍVEL 1
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciada

SMLL

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciada

ITAG

• Aumento de capital para subscrição particular no valor de R\$ 50.000.000,10 (cinquenta milhões de reais e dez centavos), mediante a emissão de 11.627.907 (onze milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentas e sete) novas ações sendo 4.019.767 (quatro milhões, setecentos e sete mil, setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 7.608.140 (sete milhões, seiscentos e oito mil, cento e quarenta) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) por ação, integralizadas à vista, em dinheiro, no ato de subscrição. O preço de emissão foi estabelecido com observância do critério de valor de mercado das ações apurado com base nos 30 (trinta) pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data de realização da Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de outubro de 2009. Este aumento de capital social da companhia foi homologado pela Ata da 73ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2010.

73ª Assembléia Geral Extraordinária de 19/02/2010

• Aprovado a conversão de 15.156 debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia, nos termos da sub cláusula 4.12.6 da escritura Particular e com base na AGE de 12 de novembro de 2009, com a consequente emissão de 11.204.614 (onze milhões, duzentos e quatro mil, seiscentas e quatorze) ações ordinárias ao preço de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 48.179.840,20 (quarenta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos), utilizando-se o P.U da data base de 16 de dezembro de 2009.

75ª Assembléia Geral Extraordinária de 19/05/2010

• Aprovado a redução do capital da companhia, com absorção dos prejuízos acumulados existentes na contabilidade até a data de 31/12/2009, que totalizava R\$ 415.963.458,60 (quatrocentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), de sorte a dar maior transparência aos números de balanço, visando, inclusive, futura distribuição de dividendos, sem que haja prejuízo no percentual de participação dos acionistas, não tendo, inclusive, implicação fiscal, muito menos de natureza econômica e financeira.

276ª Reunião do Conselho de Administração de 23/07/2010

• Aprovado o aumento de capital, para subscrição particular, no montante de até R\$ 139.999.998,74 (cento e trinta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), representado por 29.850.746 (vinte e nove milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentas e quarenta e seis) novas ações, sendo 6.044.776 (seis milhões, quarenta e quatro mil, setecentas e setenta e seis) ações ordinárias e 23.805.970 (vinte e três milhões, oitocentas e cinco mil, novecentas e setenta) ações preferenciais, a serem integralizados à vista, no ato da subscrição, em dinheiro ou mediante a utilização dos créditos detidos perante a Companhia, devidamente registrados, resultantes de: (I) das debêntures de 2ª e 3ª emissão da Companhia; (II) decorrentes de empréstimos obtidos junto a instituições financeiras. O valor dos créditos aceitos para integralização será aquele registrado na Companhia. Até a data de 30 de setembro de 2010 foram subscritas e integralizadas 26.913.905 (vinte e seis milhões, novecentas e treze mil e novecentas e cinco) ações, sendo 6.034.695 (seis milhões, trinta e quatro mil e seiscentas e noventa e cinco) ações ordinárias e 20.879.210 (vinte milhões, oitocentas e setenta e nove mil e duzentas e dez) ações preferenciais. Os valores das subscrições de ações realizadas até 31 de dezembro de 2010, deduzido dos gastos com subscrição, foram registrados no Patrimônio Líquido na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, devendo permanecer nessa classificação até que o aumento de capital seja homologado.

De acordo com a Ata da 280ª reunião do Conselho de Administração realizada em 08/02/2011, foi deliberado pela desistência da realização da oferta pública das sobras de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Inepar e foi na ocasião solicitado o cancelamento do pedido de registro da referida oferta.

b) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios - constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. Sociedades Controladas e Coligadas - composta pelo reflexo da reavaliação do investimento que a controlada Inepar Energia tem nas empresas Penta Participações e Investimentos Ltda e Guascor do Brasil Ltda, e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes. A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

c) Destinação de Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia. Do resultado apurado neste exercício, a Administração propôs a constituição da reserva legal no montante de 5%, de acordo com o art. 193 da Lei 6404/76 e a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios conforme determina a Estatuto Social da Companhia, sendo que sua liquidação será efetuada após a decisão a ser tomada durante a Assembléia Geral Ordinária (AGO).

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DISTRIBUIÇÃO DIVIDENDOS EXERCÍCIO 2010

Lucro Antes da Provisão do IRPJ/CSL	48.151
(-) Provisão de IRPJ e CSL	(1.290)
(+) Reversão Juros Capital Próprio	(2.681)
Lucro Líquido do Exercício	44.179
(-) Absorção Prejuízos Acumulados	
Lucro Líquido conf. Artigo 191 da Lei 6.404/76	44.179
(-) 5% Reserva Legal conf. § 1º Art.182 da Lei 6.404/76	(2.209)
Lucro ajustado (Base para cálculo do dividendo)	41.970
Distribuição de 25% Dividendo Mínimo Obrigatório definido no Art. 22 do Estatuto Social da INEPAR S.A.	10.493
(-) Juros Capital Próprio Distribuído Líquidos do IRRF	
Saldo de Dividendos a Distribuir	10.493
Total a distribuir para aos acionistas Ordinários	3.841
Dividendos por ação (37.164.791 ações)	0,1034
Total a distribuir aos acionistas Preferenciais	6.651
Dividendos por ação (58.495.139 ações)	0,1137
d) Retenção de Lucros	

Não houve saldo remanescente de lucros do exercício de 2009.

NOTA 28 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	31/12/2010	31/12/2009
Numerador		
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	28.004	27.716
Lucro disponível aos acionistas ordinários	16.175	21.040
	<u>44.179</u>	<u>48.756</u>

Denominador (em milhares de ações)

Quantidade de ações preferenciais emitidas	58.495	37.005
Quantidade de ações ordinárias emitidas	37.165	30.902
Total	95.660	67.907

Resultado básico e diluído por ação (em Reais)

Ação preferencial	0,479	0,749
Ação ordinária	0,435	0,681

NOTA 29 - RECEITAS DE VENDAS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2009
Vendas Mercado Interno	-	429
Vendas Mercado Externo	-	-
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-
(-) Impostos sobre as Vendas	-	(49)
Receita de Vendas	-	380

NOTA 30 - RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Despesas Financeiras		
Juros s/impostos e contribuições	(26.912)	(35.569)
Juros/Despesas Bancárias	(40.323)	(53.777)
Fianças bancárias	(1.643)	(1.291)
Variação monetária passiva	(1.746)	(58.482)
Outras Despesas Financeiras	(986)	-
Variações Cambiais	(5.445)	(598)
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	319	190
Juros recebidos	2.858	10.997
Variações monetárias ativas	4.668	16.807
Outras Receitas Financeiras	29.718	50.323
Variações Cambiais	4.294	2.675
41.857	80.992	174.802

Os valores de despesas financeiras são decorrentes das atualizações dos empréstimos, financiamentos e debêntures que, conforme divulgado na nota explicativa nº 38, a Empresa vem renunciando com instituições financeiras visando o alongamento do perfil de financiamentos e, consequentemente, a redução das despesas financeiras. As variações cambiais são compostas por atualizações de empréstimos e financiamentos conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Os valores de outras receitas financeiras referem-se, principalmente, às atualizações sobre títulos e valores mobiliários.

NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. As máquinas, equipamentos e demais ativos da empresa estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara - SP atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a empresa adquiriu "seguros performance", que garantem o ressarcimento de até R\$ 142.496 de eventuais multas contratuais.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

	LMI
Cobertura básica - incêndio, raio, e explosão	120.000
Vendaval, furacão e ciclone	5.000
Quedas de aeronaves	5.000
Impacto de veículos terrestres	5.000
Danos elétricos	3.000
Lucros cessantes - basico	2.000
Limite máximo de garantia da apólice R\$ 128.500	

NOTA 32 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2009
Salários	664	591
Gastos Previdenciários	482	441
Participação nos resultados	-	197
Total	1.146	1.229
20	16	4.876

Número de Empregados

NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas para 2010 foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração Conselho	159	148
Remuneração Diretores	2.014	1.542
Total	2.173	1.690

Conforme a AGE nº 75 ficou fixada a remuneração global (anual), dos órgãos das companhias no limite máximo de até R\$ 1.840.000,00, para novo mandato de 2 (dois) anos, que se encerrará em 31 de dezembro de 2011.

Controladas

Iesa Projetos

Conforme AGO nº 6 ficou fixada a remuneração global (anual), dos órgãos das companhias no limite máximo de até R\$ 3.800.000,00, para novo mandato de 3 (três) anos, que se encerrará 31 dezembro de 2011.

Energia

Conforme AGO nº 12 ficou fixada a remuneração global (anual), dos órgãos das companhias no limite máximo de até R\$ 300.000,00, para novo mandato de 3 (três) anos, que se encerrará 31 dezembro de 2011.

AHI

Conforme AGO e AGE realizada em 08 de abril de 2009, ficou fixada a remuneração global (anual), dos órgãos das companhias no limite máximo de até R\$ 3.800.000,00.

NOTA 34 - VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - "IMPAIRMENT"

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

Em 31 de dezembro de 2010, a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida e imobilizado, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment".

NOTA 35 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Ofício Circular CVM nº 001/2007.

	Consolidado
	31/12/10
Receita Operacional Líquida	1.426
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(1.181)
Lucro Operacional Bruto	245
(-) Despesas com Vendas	(20)
(-) Despesas Gerais	(144)
(+) Depreciação/ Amortização	14
(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(5)
EBITDA	90
% s/ Receita Operacional Líquida	6,26%

NOTA 36 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Controladora	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Outros	Comp. Reativa	lesão-Óleo&Gás	Infraestr. & Saneam.	Corporativo	Total
Em 31 de dezembro de 2009								
Receita Operacional Líquida	458.163	10.916	41.293	16.496	652.449	18.157	-	1.197.474
Receita entre Segmentos								
Receita de Clientes	458.163	10.916	41.293	16.496	652.449	18.157	-	1.197.474
Depreciação e Amortização							(22.656)	(22.656)
Receitas Financeiras							187.026	187.026
Despesas Financeiras							(341.989)	(341.989)
Provisão IRPJ e CSLL							(202.304)	(202.304)
Lucro Líquido do Período Consolidado							48.756	48.756
Em 31 de dezembro de 2010								
Receita Operacional Líquida	526.601	7.673	53.013	20.565	747.671	70.076	-	1.425.599
Receita entre Segmentos								
Receita de Clientes	526.601	7.673	53.013	20.565	747.671	70.076	-	1.425.599
Depreciação e Amortização							(20.076)	(20.076)
Receitas Financeiras							174.802	174.802
Despesas Financeiras							(256.020)	(256.020)
Provisão IRPJ e CSLL							8.965	8.965
Lucro Líquido do Período Consolidado							44.179	44.179



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06
Companhia Aberta



NÍVEL 1
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice
SmallCap
SMLL

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

h) O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. de 31 de dezembro de 2010, contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; (b) o nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada em conjunto Triunfo Iesa Infra-Estrutura S.A., de 31 de dezembro de 2010 contém parágrafo de ênfase no que se refere aos direitos sobre títulos da dívida pública no montante de R\$ 26.240 mil. As formas de valorização e utilização desses direitos, bem como os prazos para sua realização, dependem de êxito final nas ações judiciais em curso; (c) incerteza quanto a realização do montante de R\$ 51.932 mil, registrado em contas a receber de clientes no realizável a longo prazo, que está condicionado a conclusão das negociações junto aos clientes; (d) no exercício de 2005, foi constituída a empresa Controlada IESA Óleo & Gás S.A., cujo objetivo é a preparação da divisão de óleo e gás para busca de nova parceria/sócio tecnológica. A integralização de capital nesta controlada, ocorreu mediante a transferência de acervo técnico e aproveitamento de crédito de conta corrente de saldo de mútuo; (e) a controladora Inepar S.A. Indústria e Construções transferiu em 30/06/2005, sem desembolso para IESA, ativos financeiros no montante de R\$ 27.890 mil, referentes a títulos lançados no exterior, da dívida pública federal, que foram utilizados para garantia de liquidação de débitos de impostos federais. As formas de valorização e utilização desses direitos, bem como os prazos para sua realização, dependem de êxito final nas ações judiciais em curso.

i) Conforme mencionado na nota explicativa 38, a Empresa está negociando com as instituições financeiras e debenturistas a reestruturação de sua dívida objetivando o alongamento do perfil do seu endividamento, a redução de taxas de juros e a obtenção de carência para amortização. Está contemplada nestas negociações, a liquidação de dívidas por meio da cessão de ativos e investimentos de empresas controladas. Dependendo do êxito destas negociações e da geração de recursos advindos das operações, a Empresa poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-1/ nº. 026/2011

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-1/ nº. 026/2011 estamos emitindo nossa opinião sobre os ajustes solicitados. Vejamos:

a) No que se refere ao reconhecimento como ativos (contas a receber a longo prazo) do valor das cobranças junto a clientes, ressaltamos que a relevância do montante contabilizado e a incerteza da auditoria no que se refere a realizações destes ativos, levou-nos a menção no relatório de auditoria em forma de parágrafo de ênfase.

b) No que se refere a subscrição do aumento na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. com ativos tangíveis e intangíveis, ressaltamos que a relevância dos valores envolvidos no processo levou-nos a menção em relatório de auditoria em forma de parágrafo de ênfase.

c) No que se refere a mensuração do saldo em Títulos da Dívida Pública, ressaltamos que nossas análises sobre a mensuração e apresentação no balanço da Inepar S/A. Indústria e Construções, no que se refere aos Títulos da Dívida Pública, State of Rio de Janeiro - 7% Sterling Loan of 1927, são baseadas no laudo de avaliação apresentado pela controladora Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A., efetuado por empresa independente, e discussões com a administração da controladora sobre informações do mercado, correspondências enviadas e recebidas pela empresa junto ao Tesouro Nacional. No que se refere a possibilidade de realização do valor registrado contabilmente, temos incerteza, fato este que nos obriga a manifestação através de parágrafo de ênfase neste parecer.

São Paulo, 30 de março de 2011

CARLOS A. FELISBERTO

Contador CRC(PR) nº 037293/O-9

MARTINELLI Auditores

CRC(SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos MARTINELLI AUDITORES INDEPENDENTES datado de 31 de março de 2011, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembléia

geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos e as ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados.

Curitiba, 31 de março de 2011

Adrian Monge Jara

Camille Curi

Daniel Doll Lemos

José Higino Buzcenko

Pedro Adolpho Luiz Caldeira